

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.548 - RJ
(2018/0163699-3)**

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS E**
OUTRO(S) - **DF011694**
ANA CAROLINA MASSA GOMES - **DF019941**
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - **DF036192**
LILIANNE DE CARVALHO RAMOS - **DF038046**
AGRAVADO : **AYRTON CHIAVAZZOLI FILHO**
AGRAVADO : **JOSÉ FERREIRA LOUREIRO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARIA DA CRUZ FERREIRA LOUREIRO** -
INVENTARIANTE
AGRAVADO : **PAULO AQUINO DO PRADO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **VILMA SANTOS DA CONCEICAO - INVENTARIANTE**
AGRAVADO : **ORLANDA DOS SANTOS PINHEIRO**
AGRAVADO : **RAYMUNDO OTTO DE GOES TELLES - ESPÓLIO**
REPR. POR : **GLORIA MARIA MARCELO DE GOES TELLES** -
INVENTARIANTE
AGRAVADO : **EBBA GUERRA WERNECK MACHADO**
AGRAVADO : **WILSON JOSE DA SILVA**
AGRAVADO : **KATIA LUCIA WARCHAVSKY**
AGRAVADO : **VERA REGINA WARCHAVSKY GUEDES**
AGRAVADO : **PAULO NATHAN WARCHAVSKY**
AGRAVADO : **SILVIA FROTA RENHA**
AGRAVADO : **GUILHERME DE ANDREA FROTA**
ADVOGADOS : **IZABEL MEIRA COELHO LEMGRUBER PORTO** - **RJ050180**
THILIA DELARUE GONÇALVES - **RJ150561**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno (fls. 204/205, e-STJ), reconsidero a decisão agravada e passo a nova análise do

agravo em recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 23/11/2017.

Concluso ao gabinete em: 12/12/2018.

Ação: cumprimento de sentença ajuizada por GUILHERME DE ANDREA FROTA e OUTROS em face da agravante.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de intimação da agravante para o cumprimento da obrigação de fazer.

Acórdão: deu provimento ao agravo de instrumento dos agravados para determinar a intimação da ora agravante para o cumprimento da obrigação de fazer.

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 467, 468 e 471 do CPC/73. Sustenta que a reabertura de ação após trânsito em julgado de execução, implica em ofensa à coisa julgada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da existência de fundamento não impugnado

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/RJ, de que haviam duas obrigações pela sentença, de dar, correspondente ao pagamento de diferenças do benefício previdenciário, e de fazer, consistente no pagamento de vantagens, sendo esta última, sequer iniciada, não havendo falar em coisa julgada. Assim, deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à não ocorrência de violação à coisa julgada em virtude da existência de duas

obrigações distintas, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, reconsidero a decisão de fls. 204/205, e-STJ, e CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora